

Por uma perspectiva transfeminista nos estudos identitários: a emergência dos corpos desviantes

*From a Transfeminist Perspective in Identity Studies:
the Emergence of Deviant Bodies*

Humberto Soares da Silva Lima*

Resumo: A Linguística Aplicada se insere, numa perspectiva indisciplinar e transdisciplinar do conhecimento, na discussão empreendida neste texto que tem como objetivo propor reflexões acerca da agenda política da perspectiva transfeminista, enquanto uma proposta social que está em processo de ascensão nos estudos identitários e de gênero. Partindo da ideia de que as identidades estão em processo de construção e transformação constantes, a emergência que demanda os estudos de gênero, em contextos sociais e políticos, é frequente tanto nos estudos identitários quanto nos estudos de gênero. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura em que as discussões giram em torno da produção do conhecimento acerca dos estudos identitários, dos estudos de gênero e, sobretudo, da agenda política transfeminista, que vem ganhando proporção nos movimentos sociais/políticos e nas academias. Evoco a necessidade de pensar uma agenda de propostas transfeministas, que não somente promova a equidade de gênero, sexualidade e raça, mas também que discuta espaços e oportunidades ainda a serem alcançados e ocupados, principalmente, por essa população no ato de resistência.

Palavras-chave: Perspectiva transfeminista. Estudos identitários. Agenda política. Linguística aplicada. Resistência.

Abstract: Since it is an multidisciplinary and transdisciplinary perspective of knowledge that are part of Applied Linguistics, the discussion undertaken in this text aims to propose reflections on the political agenda of the transfeminist perspective, as a social proposal that is in the process of rising in identity studies and of gender. Starting from the idea that identities are in a process of constant construction and transformation, the emergence that demands gender studies in social and political contexts is frequent both in identity studies and in gender studies. Therefore, a literature review was carried out in which discussions revolve around the production of knowledge about identity studies, gender studies and, above all, the transfeminist political agenda, which has been gaining proportion in social/political movements and in gyms. I evoke the need to think about an agenda of transfeminist proposals, which not only promotes gender, sexuality and race equity, but also discusses spaces

* Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

and opportunities still to be reached and occupied, especially by this population in the act of resistance.

Keywords: Transfeminist Perspective. Identity Studies. Political Agenda. Applied Linguistics. Resistance.

Introdução

“Os estudos de gênero, raça e sexualidade evidenciam em sua gênese corpos desviantes ou discursos considerados marginalizados” (SILVA LIMA, 2021, p. 47), frente às pautas do pensamento contemporâneo. Diferentemente, porém, da década de 1980, do século passado, em que o foco estivera voltado para as “construções culturais de homens e mulheres na sociedade, designando as relações sociais entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 75); hoje, por sua vez, as construções identitárias centram-se nas possibilidades de enfatizar outros corpos e outras vozes à margem.

Diante dessa comparação acerca dos estudos de gênero na atualidade, é evidente que novas perspectivas e novas metodologias são postas em jogo – processo de evidência de discursos e corpos – cuja principal construção de sentidos centra-se nas ideias e nos comportamentos dissonantes/desviantes/marginalizados da “multidão *queer*” (THÜRLER, 2019). Desse modo, há a necessidade de que haja ressignificações de perspectivas voltadas à margem, que possibilitem dimensões biopolíticas de poder, assim como possam destinar vários olhares às demandas transfeministas.

Metodologicamente, partindo da abordagem qualitativa de pesquisa, assume-se a ideia do “interacionismo interpretativo” de Flick (2004, p. 35), cujo preceito está relacionado ao comportamento do(a) pesquisador(a) em examinar a “relação existente entre os problemas pessoais e as políticas e instituições públicas, criadas para lidarem com esses problemas”. Assim, as discussões empreendidas neste

texto versam acerca dos seguintes tópicos: “A necessidade dos estudos identitários”; “O viés político-transgressor que compreende a Linguística Aplicada (LA) nas pesquisas”; “Perspectiva transfeminista: para quê?”; “O lugar/impacto dos estudos de gênero em relação aos corpos desviantes”; “Um olhar (des)interessante às demandas sociais” e, por fim, “À guisa de algumas reflexões”.

A necessidade dos estudos identitários

“A pluralidade das identidades possibilita a ideia de pós-modernidade ou contemporaneidade” (SILVA LIMA, 2021, p. 43). De acordo com o autor, entende-se que a dinâmica existente sobre as múltiplas identidades encontradas no contexto social podem ser reconhecidas no universo da pós-modernidade ou contemporaneidade, uma vez que, tanto as relações humanas quanto as sociais, são construídas ou constituídas a partir das pluralidades discursiva e social, que emergem das constituições identitárias¹ e/ou permeadas por elas. Sendo assim, porém, é inconcebível entender que as relações humanas não sejam dinamizadas em meio às múltiplas identidades, pois são elas – as identidades fluidas em processo de construção – que proporcionam a construção e o diálogo na/da pós-modernidade.

O diálogo na/da pós-modernidade é concebido em meio às várias condições de relação, de forma que as interações, quer sociais, quer virtuais, por exemplo, podem ser realizadas/construídas através do “funcionamento das identidades” (BUTLER, 2020, p. 43) ou dos “trânsitos identitários” (BENTO, 2011, p. 552). Em outras palavras, vê-se que, para

¹ Entendo por constituição identitária, a partir dos estudos e das pesquisas desenvolvidos por Souto Maior, como uma construção em processo acerca das questões identitárias que permeiam os sujeitos, dinamizando, assim, as características que são associadas a eles, seja em relação ao contexto social, cultural, seja em relação ao político, ideológico ou regional. Desse modo, as constituições identitárias representam a pluralidade de identidades que nos constituem/constroem.

desenvolver um determinado diálogo, é necessária a identificação a despeito de uma ou várias identidades pertencentes aos sujeitos, tendo como ponto de referência o “funcionamento” que as identidades geram, através do processo de interação e, conseqüentemente, auxiliam no desenvolvimento de novas identidades nos trânsitos identitários.

A interação entre os sujeitos, sob a compreensão das identidades, pode ser entendida como um aspecto imprescindível a ser promovido nos estudos identitários, visto que as “constituições identitárias são determinadas pela/na interação” (SILVA LIMA, 2021, p. 46). À medida que as interações são determinantes e fundantes para a construção das constituições identitárias, ela – a interação – entra cada vez mais em evidência nos estudos identitários, como mecanismo de identificação e valorização de discursos insurgentes de corpos desviantes. Desse modo, a interação é o processo pelo qual os sujeitos se relacionam e se encontram a partir do Outro: reconhecimento da alteridade.

Diante da pluralidade das constituições identitárias, reconhece-se que os estudos identitários estão ganhando volume e destaque nas pesquisas em: linguística aplicada (SILVA LIMA, 2021), ciências sociais (BENTO, 2017), estudos culturais (SANTOS FILHO, 2017; SOUTO MAIOR, 2020), perspectivas teatrais (THÜRLER, 2019), ciências humanas (BUTLER, 2020), estudos de gênero e sexualidade (BAGAGLI, 2016; JESUS, 2015), dentre outras e em diversas áreas. Esses estudos, por um lado, evidenciam discursos e selecionam corpos que outrora não eram destacados epistemologicamente na academia – enaltecendo apenas o centro ou a elite acadêmica; por outro lado, os estudos identitários centram seus “olhares” ou seus objetos teóricos em: discursos, pessoas, grupos ou movimentos sociais, contextos sociais, contextos geopolíticos, professores(as), alunos(as), dentre outros, personalidades que são consideradas abjetas, que vivem à margem

da sociedade, destacando, portanto, as particularidades e atribuindo, conseqüentemente, voz e vez às pessoas marginalizadas.

De acordo com Hall (2006), Souto Maior (2020) e Silva Lima (2021), a perspectiva dos estudos identitários representa a mudança na sociedade, viabilizando mecanismos de identificação e reconhecimento, entendendo com Hall (2006, p. 14), por conseguinte, que a “mudança é constante, rápida e permanente”. Diante disso, os sujeitos vivem constantemente no processo de mudança, pois “as identidades contraditórias são empurradas em diferentes direções, [...], sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2006, p. 13).

Associado ao processo de deslocamento e mudança, entende-se aqui, portanto, que as identidades pertencem a um jogo de constante transformação, prevalecendo – uma ordem – em que os sujeitos agem e interagem, através de vários comportamentos e constituições identitárias diversas. À vista disso, não seria diferente nos estudos identitários, uma vez que o enaltecimento ou a evidência às personalidades abjetas supramencionadas garante um desenvolvimento humano e político aos estudos promissores, em todas as áreas do conhecimento ou pelo menos naquela em que o objeto teórico-metodológico está imerso na questão identitária.

Quanto aos desenvolvimentos humano e político, caráter imanente aos estudos identitários e com uma carga expressiva encontrada na pós-modernidade, Hall (2006, p. 45) reflete acerca da “política da identidade”, enquanto constituição de um movimento que sustenta outros grupos ou população, como é o caso da população LGBTTQIA+,² tais como: feminismo, feminismo negro, antifascistas, indígena, nordestinos(as), deficientes e, sobretudo, o transfeminismo.

² De acordo com Jesus, a sigla representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e (+ = outras denominações identitárias).

Em relação à “política da identidade”, Hall (2006), inserido na concepção pós-moderna à luz dos estudos identitários, defende:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha (HALL, 2006, p. 75).

Partindo da compreensão do autor, as identidades são constituídas por diversos sistemas e compreensões sociais, entendendo como um processo de desalojamento, ou seja, na vida social há um intermédio entre os apelos promovidos ao sujeito com os apelos próprios dele. Logo, são as escolhas – atitudes individuais e coletivas (sociais) – que contemplam a dinâmica social e temporal em relação às constituições identitárias – valores, tempos, lugares, histórias, tradições, grupos sociais, crenças, regionalidades, culturas; tudo, portanto, contribui para a constituição de “diferentes partes de nós” (HALL, 2006, p. 75).

Nesse sentido, as escolhas, no processo da “política da identidade”, estão atreladas, necessariamente, ao comportamento social e humano que o sujeito detém, construindo e participando unilateralmente de demandas variadas, as quais servem para a construção de novas identidades. É importante mencionar que, no que diz respeito aos estudos identitários, não se restringe a uma visão única de identidade, mas principalmente concebem-se a várias manifestações ou adequações inerentes ao sujeito quanto às suas identidades moventes.

Assim, a constituição identitária, nos estudos identitários, pode ser vital para enfrentar uma situação de opressão, mas seria um erro utilizá-la para evitar o enfrentamento à complexidade. Em meio

ao entendimento dos estudos identitários, que são necessários na contemporaneidade, faz-se imprescindível entender uma das áreas do conhecimento que abarca as compreensões de identidade e que assume um caráter político-transgressor nas suas pesquisas, que é, sem dúvida, a Linguística Aplicada.

O viés político-transgressor que compreende a linguística aplicada nas pesquisas

As pesquisas no campo social, compreendidas como propostas de intervenção e observação no meio social, atualmente estão tomando novas proporções, haja vista o caráter investigativo que assumem, a partir da abordagem qualitativa, enquanto “perspectiva do processo” (FLICK, 2004). Essa abordagem, por sua vez, não se prende ao resultado como pronto e acabado, mas detém-se no processo, este preconcebido no entendimento e no questionamento da realidade.

A “perspectiva do processo”, defendida por Flick (2004), diz respeito ao método que se baseia na compreensão específica do seu objeto, ou seja, o objeto encontrado no campo de abordagem qualitativa determina ou pressupõe os métodos específicos que poderão auxiliar no desenvolvimento da pesquisa, de maneira a determinar as correntes epistemológicas que subsidiarão a análise. Logo, a “perspectiva do processo” emerge do campo das ciências sociais com o objetivo de compreender posturas e premissas distintas à abordagem qualitativa.

Assim, partindo do conjunto de abordagens sociais e qualitativas, o campo social em que se estruturam as pesquisas pode ser compreendido como um fator importante para a LA, que é uma área transdisciplinar do conhecimento que se detém nos estudos acerca do campo da linguagem, entendendo-a, a partir da compreensão das práticas sociais como exercício para a realização dela: a linguagem. Desse modo, os estudos oriundos dessa área giram em torno da “linguagem enquanto

prática social” (FABRÍCIO, 2006, p. 48), partindo do pressuposto de que a linguagem se realiza e, sobretudo, se manifesta em meio ao universo social, como requisito permanente de observação e análise.

O caráter transdisciplinar que compreende a LA está ligado aos processos de investigação, de observação, de *ethos*, de formação de professores(as) (em contexto inicial ou continuado), de constituição discursiva, de constituição identitária e, sobretudo, de desenvolvimento com uma *agenda política*,³ a qual tem o viés de “transformação e intervenção em meio ao contexto social e local onde se realizam as práticas discursivas” (FABRÍCIO, 2006, p. 49).

Vale ressaltar aqui que o contexto de desenvolvimento da agenda política que compreende a LA está associado à abordagem indisciplinar que o(a) pesquisador(a) da área assume. Dentro desse contexto, Silva (2020), frente ao comportamento do(a) linguista aplicado(a) nas pesquisas, defende que, para

sermos pesquisadoras e pesquisadores realmente conscientes do nosso lugar enquanto linguistas aplicados/as nos implica mais que dominar teorias e métodos, é preciso conhecer nossa história e nos reconhecermos nela, saber que valores e crenças epistêmicas norteiam nossa prática de pesquisa e se manifestam na escrita, ter bem claro o objeto de pesquisa que nos singulariza enquanto campo de conhecimento autônomo e saber, ainda, como e para quem se faz pesquisa em LA (SILVA, 2020, p. 22)

De acordo com a autora, o lugar que norteia o(a) pesquisador(a) em LA é entendido como um conjunto de relações a serem questionadas e problematizadas, ou seja, trata-se de um *lugar* ou *não lugar*, haja vista as diversas abordagens assumidas para, assim, se construir o conhecimento. Se, por um lado, o lugar ou *não lugar* é um comportamento

³ Na fala de Fabrício (2006), trata-se de uma reconfiguração em meio às práticas interrogadoras que compõem a LA, entendendo que o território transdisciplinar é multifacetado e dinâmico, em relação às suas propostas de pesquisa.

teórico-metodológico assumido pelo(a) linguista aplicado(a) – não se considerando preso(a) – a partir do ponto de vista indisciplinar; por outro lado, entende-se que a LA dialoga com diversas áreas do conhecimento, como em um processo de bumerangue, em que as partes/áreas se entrecruzam e dialogam teoricamente.

O ponto de vista indisciplinar, de acordo com Moita Lopes (2006, p. 26), está vinculado “à natureza de investigação autorreflexiva [...] no exercício constante de atravessamento de fronteiras”. Nessa perspectiva, o lugar de investimento da LA consiste no processo de redescrição da vida social, de modo que as renarrações contadas e, conseqüentemente, problematizadas, vinculadas às epistemologias indisciplinares nos campos da LA, são evidenciadas através das fronteiras e dos atravessamentos em construções de discursos.

Sendo assim, as fronteiras e os atravessamentos, cujas pesquisas e posicionamentos teóricos podem ser marcados nos estudos da LA, realizam metodologicamente novos posicionamentos à vida moderna, encarando-a como uma construção relativa a novos olhares e novos espaços. Em outras palavras, as fronteiras são compreendidas como diálogos estabelecidos entre as perspectivas teórico-metodológicas, ao passo que os atravessamentos constituem novas realizações de entender e questionar a realidade posta no meio social.

Desse modo, a LA contemporânea, como bem ressalta Moita Lopes (2006), revela diversos diálogos com outros campos do conhecimento, tanto das ciências sociais, como das humanidades, havendo, por conseguinte, semelhanças no anseio comum de reinventar o campo de investigação (MOITA LOPES, 2006). Logo, as demandas encontradas na área transdisciplinar e, por que não dizer, indisciplinar, estão cada vez mais envoltas na construção de modos de teorizar e fazer uma LA de caráter político-transgressor, atingindo um lugar (espaço ou não

espaço) de questionamentos e redescobertas das realidades postas no contexto social.

O viés político-transgressor que compreende o campo das pesquisas em LA é, conforme os apontamentos de Fabrício (2006), Moita Lopes (2006) e Silva (2020), uma exposição de novas tendências e novas maneiras de compreender o mundo, assim como reconstruir/repensar a vida social, levando em consideração que somos “sujeitos heterogêneos e contraditórios”, como bem enfatiza Fabrício (2006, p. 30). Diante do viés político-transgressor em questão, entende-se que o campo da LA é gerado e “conceptualizado” como um movimento contínuo, que não se esgota em si, mas, principalmente, vive um processo de constante transformação e metamorfose.

Perspectiva transfeminista: para quê?

Resgatando a discussão do início deste texto, quanto aos estudos identitários e, mais precisamente, à luz das discussões acerca das possibilidades que as identidades permitem ser reconhecidas e questionadas na pós-modernidade, assumo – a partir de agora a primeira pessoa do discurso – como integrante e partícipe da perspectiva transfeminista, que vem ganhando espaço na academia, assim como essa perspectiva é entendida enquanto uma proposta de interface, entre os estudos de gênero, culturais/identitários e feministas.

A interface que faz parte da perspectiva transfeminista tem a compreensão de vários apontamentos teóricos e metodológicos, promovendo um diálogo humanizado de equidade de gênero, de sexualidade, de raça, de etnia ou, como Rodrigues, Carneiro e Nogueira (2015) diriam: trata-se de uma “teoria da interseccionalidade”. Em outras palavras, Jesus e Alves (2010), de acordo com o entendimento da interseccionalidade que paira sobre essa perspectiva, defendem, todavia, que o feminismo trans procura transformar o pensamento e

movimento feminista, empreendendo um contributo fundamental para a leitura da opressão baseada na desigualdade de gênero e não de sexo.

No entanto, antes de mergulhar nessa perspectiva, ou nesse movimento transfeminista, que será retomada em seguida, inicio aqui, primeiramente, a discussão sobre o feminismo, apontada por Butler (2020) em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, que já está em sua vigésima edição e com algumas reformulações e mudanças singelas comparadas às antigas versões. A autora constrói várias inteligibilidades discursivas, mediante a postura da “identidade do sujeito feminista” (p. 25), como uma construção política e identitária de “representação” acerca da política feminista. Ela ainda defende a tese de que o gênero é performativo, a partir de uma série de reflexões sobre o sistema sexo-gênero.

Butler (2020, p. 24) declara que, em meio à conjuntura político-cultural, parece haver o que ela denomina como “pós-feminista”, ou seja, “uma perspectiva feminista sobre a exigência de se construir um sujeito do feminismo”. Desse modo, a autora elenca uma justificativa quanto ao movimento “pós-feminista”, dizendo:

Parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. Por outro lado, é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade e anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui (BUTLER, 2020, p. 24).

De acordo com o posicionamento da filósofa norte-americana, repensar o lugar do feminismo, ou suas posturas frente aos deslocamentos identitários encontrados na sociedade, é, acima de tudo, repensar uma postura concreta inserida no pensamento

pós-estruturalista, talvez um comportamento que possa abarcar as construções/constituições identitárias do “sujeito feminista” – expressão cunhada pela autora – como uma atitude política ao movimento. É importante entender que o pensamento pós-estruturalista se difere da postura do pensamento ocidental, como aquele que se volta à genealogia feminista da categoria das mulheres, visto que, atualmente, o pensamento abarca uma compreensão mais dinâmica e ampla de posturas e sujeitos feministas diversos.

Butler, por outro lado, estabelece ainda a ideia de que é preciso haver a libertação da teoria feminista dos moldes tradicionais, ou seja, faz-se importante desenvolver uma postura feminista que envolva as diversas identidades político- feministas, entendendo que é salutar a construção de novas constituições identitárias ao movimento, assim como é importante o ingresso/envolvimento de sujeitos ao movimento, que possibilite à categoria, portanto, outros olhares, e que construa novos discursos. Ela advoga, assim, que a construção do feminismo precisa dialogar analítica e politicamente com a “constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder” (p. 22), compreendendo, por conseguinte, que a constituição da identidade passa por vários eixos sociais da vida contemporânea.

Nesse sentido, na construção e na identificação das identidades na vida contemporânea, há a urgência de um feminismo que confira um novo *status*, no sentido que possibilite uma discussão ampla quanto às relações de poder e relações sociais que são estabelecidas pelos sujeitos. Obviamente, a compreensão das relações de poder e sociais passam pelas reivindicações da categoria “mulheres” – a autora utiliza o plural para demarcar a necessidade de haver novas posturas políticas e culturais do/no feminismo, pois essas relações podem ser dinamizadas e questionadas a partir, por exemplo, da discussão do binarismo: masculino *versus* feminino.

Quanto ao binarismo, reconhecido como hegemônico, Jesus (2015) questiona acerca da necessidade de haver outras posturas para além de tal concepção, pois é de fundamental importância que haja vários posicionamentos culturais que desmistifiquem essa ideia, a fim de colocar em evidência outras posturas e representações coletivas de identidade. Por esse entendimento, Silva Lima (2021) diz que os binarismos tradicionais, como: *vagina versus pênis*, *homem versus mulher*, *heterossexualidade versus homossexualidade* e *azul versus vermelho (rosa)*⁴ de alguma forma produzem significados danosos na sociedade, levando em consideração que, a partir do momento em que eles são evidenciados, as outras manifestações de gênero, sexualidade e sobretudo de corpo, são consideradas à margem do pensamento hegemônico.

Logo, o binarismo compreende uma lógica que o feminismo, em suas variadas vertentes, vem questionando e valorizando outras constituições identitárias reconhecidas também como válidas, tais como: a valorização das pessoas intersexuais, pessoas agênero, pessoas de gênero não conforme, pessoas assexuadas, pessoas trans, assim como o enaltecimento da corrente transfeminista, como uma proposta de novas ideias e novos comportamentos atuais, a fim de estabelecer outros diálogos sobre gênero, corpo, raça e sexualidade.

Retomando agora a discussão inicial nesta seção, acerca da ideia da perspectiva transfeminista, trago à tona nada melhor do que o discurso de duas mulheres trans, pesquisadoras e ativistas sobre a causa das identidades de pessoas transgêneras, para promoverem questionamentos e posicionamentos quanto ao que se propõe a perspectiva transfeminista. Com isso, elas dizem:

⁴ Referência à fala da Ministra Damares Alves, do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, do atual governo federal. Na ocasião, a ministra, após tomar posse da pasta em janeiro de 2019, profere a pérola de que “*Nova era começou no Brasil: meninos vestem azul e meninas vestem rosa*”.

O feminismo transgênero surge como uma crítica ao cissexismo ou dimorfismo e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que esta para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres. Entende-se que o feminismo tradicional, sem a recepção do transfeminismo, reforça a falácia, repetida cotidianamente, de que mulheres “de verdade” seriam aquelas com órgãos genitais femininos externos e internos (vagina e útero) ou, ainda, “as que engravidam”, ou que homens “de verdade” seriam aqueles com testículos e pênis, que podem penetrar alguém (JESUS; ALVES, 2010, p. 14 – grifos das autoras).

As construções social e cultura, às quais se propõe o transfeminismo, giram em torno de mecanismos que visam às ressignificações dos pensamentos tradicionais, haja vista as críticas propostas pelas autoras supramencionadas, em relação à construção da ideia de mulheres e homens “de verdade”. Entendo, por um lado, que as críticas são estabelecidas ao feminismo de base biológica, isto é, ao feminismo que considera como “mulher de verdade” apenas as mulheres que possuem vagina e, conseqüentemente, útero. Diante disso, as identidades que são pertencentes às mulheres trans e travestis não são consideradas pelo feminismo como representantes biologicamente da causa.

Ainda no conjunto de críticas que as autoras propõem, reforço a crítica ao cissexismo ou diformismo, como estruturas engendradas nas camadas da sociedade, as quais reforçam posicionamentos de intolerância e exclusão. Pois, o cissexismo ou o diformismo dizem respeito à crença de que há uma divisão binária de gêneros, havendo uma suposta concordância com os sexos biológicos: masculino e feminino.

As ideias que comportam a perspectiva transfeminista não estão presas ao cissexismo ou diformismo hegemônicos, mas sim são ideias que procuram dialogar e exemplificar com outras manifestações identitárias possíveis, no contexto cultural e social. Afinal de contas, “o

gênero é culturalmente construído e não simplesmente fixo” (BUTLER, 2020, p. 26). Sendo assim, entendo, de acordo com a posição categórica de Butler, que o gênero não precisaria ser uma imposição ou mesmo compreendido como uma representação automática do sexo biológico (designando a seguinte estrutura: homem/pênis e mulher/vagina), tampouco como uma estrutura imposta às constituições identitárias, porém pode ser e é preciso ser entendido como um comportamento que vai sendo (res)significado, (re)formulado, (re)adaptado ou (re) posicionado social e culturalmente.

Os comportamentos, que compreendem o gênero, mencionados anteriormente, podem ser constituídos/construídos no processo das diversas constituições identitárias que o sujeito adquire ao longo das diversas experiências, ao passo que a ideia de gênero se desprende do ideário biológico, e poderia haver um comportamento que assegurasse novas estruturas e novos comportamentos sociais. Além disso, afirmo, pautado nas ideias de Butler e das pesquisadoras trans, que o gênero para além de uma construção social e cultural é realizado através de outras demandas, as quais são constituintes do sujeito, tais como: processo de interação, de conhecimento, de experiências com outras realidades e contextos, de amadurecimento e, principalmente, de libertação.

A partir desses processos que compõem a estrutura do gênero, sendo também associados à perspectiva transfeminista, como uma proposta de novos olhares às múltiplas identidades sociais, exponho, de acordo com Rodrigues, Carneiro e Nogueira (2015), a agenda política do transfeminismo, como uma sequência de seis propostas políticas aos debates e questionamentos das identidades trans:

1ª PROPOSTA: “reivindicar a desconstrução do binarismo de gênero” (RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2015, p. 154). Ainda

que algumas pessoas transgêneras desejem viver de acordo com o ideário do binarismo, a desconstrução binária (binarismo hegemônico tido como dominante) de gênero é considerada a pauta primeira da agenda política. Vale ressaltar que nem todas as pessoas transgêneras desejam transicionar ou realizar a cirurgia de redesignação de gênero ou desejam passar pelas “tesouras simbólicas do poder médico” (BENTO, 2017, p. 127). Nesse sentido, é importante mencionar que a desconstrução de gênero passa pela discussão da ideia da “cisgeneridade ou cisnormatividade”⁵ (VERGUEIRO, 2015);

2ª PROPOSTA: “incluir a despatologização das identidades trans” (RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2015, p. 154). As pessoas transgêneras são deslegitimadas pelas ciências psi: psicologia, psicanálise e psiquiatria. Bento (2017) discute muito bem esta questão acerca das ciências psi que formulam diagnóstico “patologizante” às identidades trans, promovendo-as como pessoas sem autonomia com seu próprio corpo e nem pertencentes muito menos ao dispositivo da sexualidade. Nesse caso, Bagagli (2016, p. 93) assegura que “a patologia [às identidades trans] é produto da relação do que ficou de fora (como resto) da transcendência que é, então, objetivável por esse sujeito de conhecimento”.

Por essa questão, a autora trans diz que

a diferença trans resiste ao que é tido como imutável, discernível e pré-estabelecido. As rupturas em relação à cisgeneridade compulsória se orientam precisamente pela transformação. Uma pessoa é trans na medida em que constrói sua identidade através de uma trajetória para o futuro ao invés de se remeter a uma síntese do passado. O gênero trans em sua diferença resiste ao imperativo de dizer a própria verdade

⁵ viviane vergueiro (uso das letras minúsculas pela autora é uma das formas de resistência contra normatividades e hegemonias) argumenta que a cisgeneridade ou cisnormatividade compreende um comportamento totalitário e autoritário no “cistema”, isto é, as pessoas cisgêneras estão inseridas no contexto de realização da ordem sobre às pessoas não cisgêneras: transgêneras.

diretamente, porque ele é contingente, fluido e se encontra em um *continuum* em direção ao futuro (BAGAGLI, 2016, p. 95, grifo da autora).

3ª PROPOSTA: “combater a violência cissexista ou transfóbica” (RODRIGUES, CARNEIRO; NOGUEIRA, 2015, p. 154). A opressão ainda é uma das violências sofridas pelas pessoas trans, tendo em vista que as pessoas cisgêneras articulam um sistema de opressão às pessoas transgêneras. Uma das violências cissexistas ou transfóbicas consiste no discurso médico ao patologizar a mulher trans por conter o órgão genital masculino em contrapartida ao homem trans por conter o órgão genital feminino. Logo, apesar de todas as violências sofridas pelas pessoas trans e travestis, de acordo com o último Dossiê da Antra,⁶ a sobrevivência é o principal mecanismo para essas pessoas que existem para resistir;

4ª PROPOSTA: “dar visibilidade à sexualidade das pessoas trans não heterossexuais” (RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2015, p. 155). É importante entender que a identidade de gênero se difere da orientação sexual (uma não complementa a outra e tampouco representa um comportamento único às pessoas trans), visto que as pessoas transgêneras, assim como as cisgêneras, podem legitimamente expressar sua heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, assexualidade ou mesmo não se encaixar a qualquer designação correspondente à sexualidade. Entendo, nesse ponto, que a sexualidade das pessoas trans são tão marginalizadas quanto suas próprias identidades de gênero, de sorte que a orientação sexual passa pelo entendimento do “sistema” como aquilo que é pecaminoso, desprezível, ridículo, pejorativo, nojento ou mesmo asqueroso;

⁶ A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) divulgou em janeiro de 2021, mais precisamente no Dia Nacional da Visibilidade TRANS (29/01), o Dossiê: *Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020*, totalizando o quantitativo de 175 mortes e, infelizmente, pelo 13º ano consecutivo o Brasil lidera esse *ranking* do preconceito e da intolerância.

5ª PROPOSTA: “reivindicar os direitos sexuais e reprodutivos para todos(as)(es) identidades trans” (RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2015, p. 155). Aqui se entende como uma proposta emancipadora das identidades trans, de modo que, por exemplo, o homem trans tenha a liberdade de escolher se quer engravidar ou não (ou mesmo ter o direito de ser assistido por um(a) profissional da ginecologia ou obstetrícia ou outros(as) profissionais), bem como a mulher trans, caso não deseje realizar a cirurgia de redesignação de gênero, possa ser acompanhada por um(a) profissional médico(a) urologista. De acordo com Jesus (2015) e Silva Lima (2021), ainda são precários os atendimentos às pessoas trans e travestis no Sistema Único de Saúde (SUS), levando em consideração que muitos(as) profissionais não detêm o conhecimento ou a habilidade de lidar com as demandas dessa população específica;

6ª PROPOSTA: “ampliar a noção de sujeito político do transfeminismo” (RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2015, p. 155). Em outras palavras, a “interseccionalidade” se faz presente na agenda da perspectiva transfeminista, a fim de que as discussões relevantes ao gênero, à raça, à etnia, à classe social e a outros atributos sociais são necessários para a composição de uma proposta ampla e política. Jesus e Alves (2010) defendem que, associado ao transfeminismo, é mister a participação de “mulheres negras, pobres, idosas, lésbicas e, principalmente, transexuais”. Sendo assim, a noção de sujeito político ligado ao transfeminismo possibilita não apenas a promoção por lutas e direitos oriundos a essa população, mas principalmente responsabilidade à validação de novas demandas e novos processos legitimados de sobrevivência, de resistência, de oportunidade de trabalho, de acessibilidade ao sistema de saúde e à educação, de reconhecimento por direitos e, acima de tudo, de garantia à vida.

A agenda da perspectiva transfeminista, portanto, tem efeito social e político em suas demandas, os quais representam um conjunto de possibilidades a serem realizadas no contexto social. São propostas que estão ganhando força em alguns espaços – nome social, por exemplo – que antes não havia reconhecimento às identidades de gênero às pessoas trans e travestis. Além do mais, o reconhecimento da identidade de gênero também já se considera uma realidade em alguns espaços de trabalho, por exemplo, setores da Prefeitura Municipal de Maceió consideram a identidade de gênero do sujeito como um fator a ser respeitado.

Assim, a perspectiva transfeminista deixa de ser entendida como uma variação da homossexualidade: gay ou lésbica, passando a ser compreendida em contexto amplo – sociedade – como identidade de gênero, ou seja, um comportamento que é construído ao longo do tempo e que pode ser considerado como uma subversão ao gênero reconhecido no nascimento. Frente a essa discussão, mais precisamente acerca do gênero reconhecido no nascimento, noto que ainda há confusão por parte de alguns setores institucionais, tais como a família e a escola, que possam reconhecer as demandas que giram em torno da identidade de gênero do sujeito, considerada por essas instituições que o gênero determinante é exclusivamente aquele reconhecido no nascimento.

Tal discussão está associada, como já foi apontada em uma das propostas, ao pensamento da “heteronormatividade compulsória” (VERGUEIRO, 2015) ou ao “pensamento biologizante de gênero” (JESUS; ALVES, 2012; JESUS, 2015), visto que são pensamentos que englobam a ideia do gênero ao nascimento à condição da vida do sujeito. Ainda que esse pensamento reaja em algumas instituições e reverberem em comportamentos coletivos e individuais, o movimento transfeminista subverte/transgride/transforma/transmuta conceitos e

ideias que podem ser relacionados a um pensamento contemporâneo de sujeito político;

O lugar/impacto dos estudos de gênero em relação aos corpos desviantes

“Gênero é um conceito que indica que as determinações biológicas não são suficientes para definir o que é ser masculino ou feminino” (SCOTT, 1995, p. 75). Em outras palavras, entende-se que o gênero não dá conta das diversas realidades existentes no contexto social, tampouco representa a noção resultante, exclusivamente, do binarismo masculino e feminino. Logo, a noção biologizante que abarca esse conceito – gênero, como categoria analítica – reduz drasticamente a compreensão de ser homem ou mulher.

Desse modo, os estudos de gênero hodiernos impactam as discussões acerca das identidades contemporâneas que lhes competem, partindo do entendimento de que o gênero atualmente traz consigo características sociais e culturais. Afinal de contas, esses estudos, como propostas insurgentes ou como epistemologias da insurgência, hoje, provocam reflexões sobre diversas constituições identitárias de sujeitos que se manifestam ou se autoidentificam em variadas posturas de gênero, de corpo e de sexo. Como exemplo da constituição identitária, Moira (2017), em espécie de diário declarativo acerca do seu processo de transição e autoidentificação, relata que

disseram-me homem antes que eu me entendesse por gente, me deram nome de homem, Omar, nome do meu avô, e junto me mostraram o que era preciso para efetivamente ser o que essa palavra significa, tudo com fatura de exemplos e exercícios práticos para eu ir treinando no dia a dia. Tomando os devidos cuidados, óbvio, como, por exemplo, não assumir publicamente admiração por homens... (MOIRA, 2017, p. 19).

Mais uma vez, reforça-se a necessidade e a emergência dos estudos de gênero como um conjunto de novas associações e identificações quanto às questões identitárias que emergem no contexto social, pois são questões que dialogam com perfis e comportamentos da subjetividade do sujeito, havendo uma comparação com outras demandas culturais. A autora, em seu processo de transição, discorre que a identidade de gênero masculina lhe foi imposta, juntamente com toda “fartura de exemplos e exercícios práticos” que legitimam a construção social da heterossexualidade, a qual é composta e imposta, bem como a construção social da heterossexualidade do gênero feminino.

Os estudos de gênero, portanto, entendem as diversas identidades de gênero como um posicionamento ou um processo, visto que as demandas identitárias no contexto social e político são refletidas/ expressadas em situações diferentes, seja através das “categorias de gênero”, seja através das “construções de corpo e de sexo” (SCOTT, 1995). Sendo assim, os estudos de gênero vão além da representação de papéis, condicionam e importam as constituições identitárias, os discursos excluídos do contexto, os grupos sociais “minoritários”, as manifestações política e social, os movimentos identitários e políticos, a historiografia e a geografia das condições da população LGBTTQIA+ e as diversas outras questões relacionadas às pessoas marginalizadas ou rechaçadas à sociedade.

Os estudos de gênero, portanto, têm enfatizado que os modelos hegemônicos ou dominantes de heterossexualidade: feminino e masculino, baseados em normas culturais, sociais e políticas, estabelecem/enfatizam distinções hierárquicas entre masculino e feminino (falocentrismo), e são fundados – os estudos de gênero – em um modelo em que a heterossexualidade é tida como a única sexualidade possível: heterossexualidade compulsória (BUTLER,

2020). Em contrapartida, a esse entendimento arcaico que não se aplica mais às discussões e reflexões oriundas dos estudos de gênero atuais, é possível perceber que as novas perspectivas acerca das identidades múltiplas contemporâneas funcionam como mecanismos culturais e sociais, de modo que são evidenciadas à luz dos próprios sujeitos detentores dos discursos, como também são marcadas por posicionamentos de resistência e atos políticos, os quais visam a oportunidade de direitos.

Sendo assim, a construção dos estudos de gênero está pautada na evidência dos corpos ou discursos desviantes, os quais são marcados por diversas violências estruturais, a saber: homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia, preconceito racial às *gays* pretas e periféricas, preconceito racial às lésbicas pretas e gordas, preconceito racial às pessoas trans pretas, pessoas agênero e várias outras. Além disso, vale frisar que a influência dos estudos de gênero, em diversas áreas, tem sido bastante significativa, pois basta observar as construções epistemológicas e metodológicas para perceber que são perspectivas importantes para a construção de novos questionamentos e saberes alheios.

Nesse sentido, destaca-se a contribuição de Thürler (2019) frente ao estudo sobre o Manifesto *Transfake* no Teatro, em que ele diz:

Precisamos reivindicar que as vidas sejam tratadas igualmente e que sejam igualmente vivíveis em suas dimensões biopolíticas. É importante destacar que há toda uma multidão *querer* que se encontra em posição de exposição radical, multidão nua e matável, [...], sem as proteções políticas básicas em forma de leis, e esse deve ser o ponto de partida para encorajar e mobilizar todos nós, sujeitos “de fora”, a entrar no debate. Eu já entrei – sejamos todes trans! (THÜRLER, 2019, p. 245, grifo do autor).

Vê-se que o posicionamento do autor, professor no Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia, é enfático no sentido de que a multidão *queer* (identidades da sigla LGBTTTQIA+) necessita de proteções de políticas básicas, sobretudo, ao direito à sobrevivência, como se percebe na 6ª proposta da agenda política transfeminista. Ele ainda enfatiza que é preciso haver uma atitude de encorajamento e mobilização nossa, sujeitos “de fora” para entrarmos em debates, ocuparmos espaços, pertencermos a vários lugares, conquistarmos oportunidades e, principalmente, mantermos vivos(as)(es).

A ideia do Manifesto *Transfake* proposto por Thürler (2019) centra-se numa perspectiva dissidente de gênero, a qual é entendida na contemporaneidade como uma “problematização voltada à interpretação de personagens trans por atores e atrizes cis” (THÜRLER, 2019, p. 223). Ou seja, entende-se que o manifesto nada mais é que um comportamento politizado quanto às ocupações de lugares, pois ser contemporâneo implica problematizar cada aspecto desprezível produzido por sua cultura, sua história e sua sociedade.

O constructo político do Manifesto *Transfake* é, em suas entrelinhas, como um teatro performativo – noção de “apresentação”⁷ (THÜRLER, 2019, p. 236) –, um posicionamento acerca da concepção de gênero (papéis cis e trans, assumidos por pessoas cis e trans), cuja responsabilidade está determinada em diversas atribuições de interpretação de personagens diversas. À vista disso, os estudos de gênero são tão emergentes quanto necessários aos dias atuais, para

⁷ O autor discute em seu texto as noções: “apresentação”, “representação” e “representatividade” na construção das interpretações assumidas pelas pessoas trans, no teatro performativo. São conceitos que dialogam necessariamente com os estudos de gênero e identitários, atribuindo (res)significado aos corpos atuantes em cena.

dinamizar as políticas públicas voltadas a uma população ainda posta à prova quanto às reais necessidades.

Os estudos de gênero atualmente propõem um novo olhar às demandas de populações que emergem na sociedade, seja através das redes sociais (perfis de pessoas travestis, pessoas trans, *gays*, lésbicas, casais homoafetivos com filhos(as) adotados(as), professoras trans, professores trans e outros(as)(es...), seja através de textos científicos produzidos nas academias por *gays*, trans heterossexuais, transpansexuais, transbissexuais, lésbicas, intersexuais e outros(as) (es). Ou seja, os estudos de gênero estão levantando outros questionamentos e outros posicionamentos sociais e políticos, que não somente realizam discussões, as quais são necessárias e importantes, mas que determinam comportamentos variados frente à oportunidade da multidão *queer* assumir o lugar de fala e acender/ascender outras luzes no/do conhecimento;

Um olhar (des)interessante às demandas sociais

Os assassinatos das travestis: “Dandara dos Santos” (Fortaleza-CE/2017), “Rosinha do Beco” (Chapada Diamantina-BA/2019), “Pâmela Tabete” (Craíbas-AL/2018), “Travesti”, sem nome revelado, de 21 anos (Maceió-AL/2018), “Mary Montilla” (Palmeira dos Índios-AL/2017), “Carla Viana” (Maceió-AL/2017) e várias outras pessoas que se manifestam identitariamente fora do padrão imposto pela sociedade são realizados, de acordo com dados da Antra 2020, com armas brancas, armas de fogo, tijolos, paus, pedras e outros objetos perfurocortantes, associação cruzada (asfixia e/ou estrangulamento) e, mais ainda, com requintes de crueldade. São assassinatos que representam o nível de preconceito que essa população sofre e passa todos os dias, entendendo, acima de tudo, que lutam geralmente nas esquinas – como profissionais do

sexo – para sobreviver, uma vez que não há oportunidade na sociedade para elas.

Silva Lima (2021) realiza um levantamento a partir de dados da Antra sobre os números cruéis/cadavéricos de uma sociedade de assassinos de travestis e mulheres trans no Brasil, detalhando os crimes que são motivados, através do ódio simplesmente pela existência da pessoa ou, quando não, são ocasionados pelos parceiros das vítimas. O autor descreve:

As condições básicas para sobrevivência que a população de travestis e TRANSexuais deveriam ter não são as melhores, visto que ainda são pessoas tratadas [vistas] à margem da sociedade, havendo um ideário de que não são pessoas e, sim aberrações da natureza. Além disso, os níveis de violência sofridos por essa população são inúmeros, tais como: física, psicológica, emocional, verbal e sexual; sem falar das humilhações que algumas pessoas passam no próprio seio familiar, ocasionando-as a deixarem logo cedo a família para enfrentar a vida cruel (SILVA LIMA, 2021, p. 99-100).

Vê-se que as condições que cercam a população trans e travestis são as piores, obviamente. Já não bastasse toda violência encarada por essa população no contexto social, ainda enfrenta, demasiadamente, a primeira violência, oriunda do seio familiar, pois muitas vezes não são acolhidas/reconhecidas pela sua identidade de gênero, muito menos compreendidas como partes integrantes da família, restando-lhes, por conseguinte, o enfrentamento às ruas e às condições sub-humanas. O autor, pautado nos dados da Antra e de outros documentos em referência às pessoas trans e travestis, argumenta que não são todos os crimes contra essa população que são notificados e que, dadas as condições do assassinato, a mídia não toma conhecimento do caso por vários motivos, e um deles é o silenciamento da família da vítima frente ao caso de transfobia (SILVA LIMA, 2021).

Diante do exposto, a urgência de políticas públicas voltadas à população trans (homens e mulheres com identidade transgênera) e

travestis (entendimento de transvestigêneres) é imediata em nosso contexto social, levando em consideração que o Brasil, pela 13ª (décima terceira) vez consecutiva, infelizmente, lidera o *ranking* do país que mais mata/ceifa sua população de pessoas trans e travestis (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Sendo assim, a quem se destina um olhar (des) interessante às demandas sociais?

Na tentativa de responder ao questionamento ou ao menos compreender vagamente uma possível resposta, conclui-se que as demandas que competem à população trans e travestis são urgentes e necessárias, porém não há um direcionamento efetivo por parte dos órgãos públicos que garanta ou assegure a vida dessas pessoas. Tais demandas são urgentes e necessárias porque são vidas desviantes, as quais não pertencem ao padrão da – cis-heteronormatividade –, embora a multidão *queer* seja bastante expressiva. Além disso, as demandas urgentes e necessárias beiram a relação, como já foi mencionado anteriormente, de sobrevivência, de existência dessas vidas, existência desses corpos desviantes que lutam diariamente por reconhecimento e oportunidade.

Retomando o questionamento: A quem se destina um olhar (des) interessante às demandas sociais?, é justamente o fechamento de olhos da sociedade destinado a essa população (multidão *queer*), que, de alguma maneira, contribui para a violência estrutural que passam as pessoas trans e travestis e que as atitudes de exclusão e de humilhação corroboram ainda mais a segregação dessa população. Em contrapartida, as conquistas alcançadas pelas pessoas trans e travestis são significativas, ainda que promovidas à base de conflitos e estranhamentos.

Sendo assim, uma das conquistas foi expressa nas últimas eleições de 2020, em que o quantitativo de pessoas transgêneras eleitas (30

candidaturas) foi superior em comparação às eleições anteriores em 2016 (8 candidaturas).

Seguem algumas pessoas que foram eleitas em seu estado: por São Paulo: Erika Hilton (50.700 votos) – atualmente – presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores(as) de São Paulo; Tieta Melo (1.945 votos), Lorim da Valéria (1.165 votos), Dandara (396 votos), Myrella Soares (343 votos), Fernanda Carrara (361 votos), Rebecca Barbosa (332 votos), Regininha Lourenço (861 votos), Filipa Brunelli (1.119 votos), Isabelly Carvalho (1.349 votos), Anabella Pavão (606 votos) e outras, e o único homem trans eleito foi Thammy Miranda (43.321 votos); por Minas Gerais: Titia Chiba (1.220 votos), Duda Salabert (37.613 votos), Paulette Bluee (352 votos); pelo Rio Grande do Sul: Lins Roballo (678 votos), Maria Regina (930 votos), Yasmin Prestes (260 votos); pelo Rio de Janeiro: Benny Briolly (4.358 votos) e Kará (312 votos); pelo Espírito Santo: Lari Camponesa (266 votos); pelo Rio Grande do Norte: Thabatta Pimenta (267 votos); por Sergipe: Linda Brasil (5.773 votos); por Paraná: Carol Dartora (8.874 votos); pelo Pará: Paulinha da saúde (438 votos).

Diante do quantitativo bastante expressivo de pessoas trans eleitas na última eleição de 2020, em relação às pautas voltadas para essa população, é importante mencionar que ainda há muito que conquistar e garantir, assim como ocupar espaços que promovam discussões pertinentes às populações excluídas e marginalizadas. Desse modo, entende-se que o processo de conquistar e garantir ultrapassa a compreensão das vidas que são ceifadas aqui no Brasil, pois ainda há muito para ressignificar as atitudes e os comportamentos do senso comum.

À guisa de algumas considerações

Diante das crescentes pesquisas/reflexões oriundas do campo indisciplinar e transdisciplinar de que emerge a Linguística Aplicada, vale salientar que os estudos procuram problematizar e dinamizar muitas questões sociais, políticas e culturais das quais são condicionantes, a partir das interações entre sujeitos. Assim, levando em consideração o caráter indisciplinar da LA, seus estudos, voltados para o contexto social de modo geral, tendem a designar novos olhares e comportamentos a questões consideradas hegemônicas e tradicionais no contexto social.

Nesse sentido, na atualidade, as demandas sociais dos sujeitos ganham espaço, na medida em que novas interpretações são encaradas no contexto social. O contexto social, por sua vez, está sendo a todo momento gerado por forças díspares que, por mais que haja um comportamento de retrocesso, mais ainda novas constituições identitárias e possibilidades transitórias de identidade vão assumindo os espaços. Notam-se os casos das vereadoras trans e travestis eleitas em 2020.

As forças díspares são entendidas por ocupações de lugares e, sobretudo, por momentos de resistência quanto à ordem da cis-heteronormatividade, levando em consideração que todo movimento contrário à norma é entendido como desviante e considerado à margem da sociedade. Dessa forma, evoco a necessidade de pensar uma agenda de propostas/perspectivas transfeministas, que não somente promova a equidade de gênero, sexualidade e raça, mas também que discuta espaços e oportunidades ainda a serem alcançados e ocupados, principalmente, por essa população no ato de resistência.

A agenda política transfeminista é um movimento ainda incipiente, no entanto, vem demonstrando atitudes e comportamentos de (re) existência na sociedade, entendendo que a ideia do patriarcado está ultrapassada e que, acima de tudo, novos olhares podem ser

estabelecidos por mulheres transgêneras, cisgêneras, indígenas, quilombolas, refugiadas, ciganas, novas, idosas, mães solteiras, lésbicas, negras, brancas, periféricas, gordas, magras e toda identidade que lhes couber como representantes do movimento transfeminista. Nesse sentido, York, Oliveira e Benevides (2020) reforçam que “travestilizar é a prática de luta e desajuste das formas”.

Referências

BAGAGLI, B. P. A diferença trans no gênero para além da patologização. *Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 87-100, 2016.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, B. Na escola que se aprende a diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3. ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como um espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.) *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 45-65.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, J. G. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. *In: JESUS, J. G. et al. Transfeminismo: teorias e práticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. p. 17-32.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimento de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, v. 11, n. 2, p. 8-19, 2012.

MOIRA, A. *et al. Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social: a coragem de existir*. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. *In: MOITA LOPES, L. P. (org.) Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 13-44.

RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N. S.; NOGUEIRA, C. Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise. *In: JESUS, J. G. et al. Transfeminismo: teorias e práticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. p. 151-170.

SANTOS FILHO, I. I. *Processos de pesquisa em linguagem, gênero, sexualidade e (questões de) masculinidades*. cidade: Pipa Comunicação, 2017.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, p. 71-99, 1995.

SILVA, A. P. N. **Linguística aplicada**: o que é? Como se faz? Campi-

nas, SP: Pontes Editores, 2020.

SILVA LIMA, H. S.; SOUTO MAIOR, R. C. Transexualidade: ele é ela ou ela é ele? *In: SOUTO MAIOR, R. C. et al. Estudos discursivos das Práticas de linguagem*. Tutóia, MA: Editora Diálogos, 2020. p. 562-578, v. 1.

SILVA LIMA, H. S.; SOUTO MAIOR, R. C. Conjuntura transfeminista nos estudos de gênero, raça e sexualidade e reflexões ético-discursivas sobre a patologização de gênero. *Revista Humanidades & Inovação*, v. 8, n. 30, p. 156-171, 2021.

SILVA LIMA, H. S. *As constituições identitárias da transmasculinidade de um professor de escola pública de Maceió-AL: um estudo interpretativo*. 2021. 138f. Dissertação (Mestrado em Linguística, na linha Linguística Aplicada e Processos Textual-Enunciativos). Programa da Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2021.

SOUTO MAIOR, R. C. Ética discursiva em tempos sombrios: linguagem e sentidos. *In: SOUTO MAIOR, R. C. et al. Estudos discursivos das práticas de linguagem*. Tutoia, MA: Editora Diálogos, 2020. p. 18-37. v. 1.

THÜRLER, D. Sejamos todes trans: contribuições e limitações do Manifesto *Transfake*. *In: COLLING, L. (org.). Artivismos das dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 221-251.

VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PMPGCS), Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2015.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, Florianó-

polis, v. 28, n. 3, p. 1-12, 2020.

Recebido em: 1º/4/2021
Aprovado em: 30/6/2021